

O PROFESSOR JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO E AS AÇÕES ASSISTENCIAIS DA MAÇONARIA NO CONTEXTO DA GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU (1918)

PROFESSOR JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO AND THE CHARITABLE EFFORTS OF FREEMASONRY DURING THE SPANISH FLU IN ARACAJU (1918)

Matheus Honorato da Silva Santos¹

Sulyvan Sousa da Silva²

Resumo: Envolvendo-se, recorrentemente, em acontecimentos históricos de grande relevância para o Brasil, a maçonaria também teve participação ativa no contexto da epidemia de gripe espanhola, em 1918, oferecendo auxílio à população desfavorecida, em conformidade com os princípios filantrópicos da instituição. Este artigo propõe uma análise sobre a articulação da associação maçônica sergipana com o poder público do estado de Sergipe para debelar a enfermidade, sendo o enfoque da investigação as medidas assistenciais empreendidas pela Loja Maçônica Cotinguiba e coordenadas pelo professor José de Alencar Cardoso. Periódicos da época e a legislação maçônica constituem as fontes históricas da pesquisa, e o referencial teórico-metodológico compreende discussões referentes à relação entre a maçonaria e a história nacional, e à progressão da gripe espanhola no Brasil e em Sergipe.

Palavras-chave: Assistência; Gripe Espanhola; Maçonaria

Abstract: Repeatedly involved in historical events of great relevance to Brazil, Freemasonry also played an active role in the context of the Spanish flu epidemic in 1918, offering assistance to the disadvantaged population, in accordance with the philanthropic principles of the institution. This article proposes an analysis of the articulation between the Masonic association of Sergipe and the state government of Sergipe to combat the disease, focusing on the assistance measures undertaken by the Cotinguiba Masonic Lodge and coordinated by Professor José de Alencar Cardoso. Periodicals from the time and Masonic legislation constitute the historical sources of the research, and the theoretical-methodological framework comprises discussions regarding the relationship between Freemasonry and national history, and the progression of the Spanish flu in Brazil and Sergipe.

Keywords: Assistance; Spanish Flu; Freemasonry.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestrando em História pela mesma instituição. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1780535348634458>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0502-4518>. E-mail: matheushonorato777@hotmail.com.

² Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Cruzeiro do Sul. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4703687238546111>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9505-0700>. E-mail: sulyvansousa001@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No decurso da sua história, a maçonaria teve envolvimento com acontecimentos que definiram os rumos da política, da economia e da sociedade em níveis nacional e internacional. No contexto da epidemia³ de gripe espanhola⁴ no Brasil, em 1918, a instituição desempenhou um papel de relevância, colocando em prática as prescrições da legislação maçônica concernentes à filantropia, à caridade e à solidariedade, a fim de executar ações assistenciais em algumas localidades brasileiras. Objetivamos analisar como a Loja Simbólica Cotinguiba – a Loja maçônica mais longeva do estado de Sergipe, situada em Aracaju e fundada em 1872 – atuou no sentido de amparar e assistir a parcela da sociedade mais afetada pela crise epidêmica de influenza, articulando-se diretamente com o poder público, bem como se valendo do consentimento e do auxílio das autoridades governamentais.

Propomos um enfoque na figura do professor sergipano José de Alencar Cardoso (1879-1964), que ocupava o cargo de Venerável Mestre da Loja Cotinguiba à época da gripe espanhola, e, portanto, estava incumbido de presidir a referida Loja, sendo o responsável pela coordenação das medidas assistenciais da associação maçônica, em prol da população desfavorecida, durante a epidemia.

A problematização aqui empreendida se norteia pelas hipóteses de que a iniciativa assistencial da maçonaria teria contribuído para atender a sociedade aracajuana impactada pela epidemia, e que a mobilização de maçons sergipanos teria se somado aos esforços provenientes de instituições públicas e particulares para o combate à epidemia. Não é o nosso intento fazer julgamento de valor em relação à maçonaria, tampouco insinuar que ela foi a única associação privada a cooperar com o poder público para enfrentar o quadro epidêmico. Abordamos, especificamente, essa instituição devido às medidas engendradas por seus membros e por voluntários que os ajudaram naquele contexto crítico.

Para viabilizar a investigação proposta, recorreremos à consulta dos jornais editados em Sergipe no período em que a enfermidade progrediu localmente, examinando, em particular, as informações relativas às providências tomadas em conjunto entre a maçonaria

³ Optamos pelo termo “epidemia” – e não “pandemia” – por ser o mais usual na bibliografia sobre a gripe espanhola. Consideramos a definição de Joffre Marcondes de Rezende (1998, p. 154), segundo a qual “o conceito moderno de pandemia é o de uma epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países e a mais de um continente”.

⁴ Em uma seção específica deste artigo, forneceremos mais detalhes sobre a enfermidade em questão.

e o poder executivo estadual. Nesse sentido, analisamos edições dos periódicos *Correio de Aracajú*, *Diário da Manhã*, *Estado de Sergipe*, *Jornal do Povo*, *O Imparcial* e *Século XX*.⁵ Integram, também, o rol de fontes históricas algumas das constituições e regulamentos maçônicos editados ao longo da segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

Embasamos esta pesquisa em discussões teórico-metodológicas multidisciplinares suscitadas por autores que se debruçam sobre os princípios e as práticas maçônicas sob as óticas historiográfica e sociológica, dentre os quais destacamos José Anderson Nascimento (2000; 2012) e José Rodorval Ramalho (2019), além de trabalhos de pesquisa que versam sobre a progressão da epidemia de influenza espanhola no Brasil e no estado de Sergipe, de autores como Claudio Bertolli Filho (2003), Christiane Maria Cruz de Souza (2009), Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2020) e Matheus Honorato da Silva Santos (2023; 2025).

A MAÇONARIA, A LOJA SIMBÓLICA COTINGUIBA E JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar de a historiografia ainda apresentar uma escassez de trabalhos de pesquisa a respeito da maçonaria, a bibliografia existente traz a lume alguns aspectos que caracterizam essa instituição, não sendo, porém, a nossa pretensão aprofundarmo-nos em minúcias sobre a sua história. Importa, a princípio, para a abordagem proposta, tomar nota de que a maçonaria se trata de uma sociedade que possui, segundo Marco Antonio Lopes Granados Campillo (2015), uma série de alegorias e símbolos, por meio dos quais o iniciado aprende a filosofia maçônica em meio a um conjunto de cerimônias e ensinamentos que constituem os seus ritos.

Campillo (2015, p. 62) fornece uma síntese da estrutura básica da maçonaria, explicando que o espaço físico onde os maçons se reúnem é chamado de Loja, e que a formação do iniciado progride conforme as “séries” ou “períodos” denominados de graus. Conforme o autor, a posição mais elevada em uma Loja é a de Venerável Mestre, e, no âmbito territorial (estado ou país), é a de Grão Mestre. É usual a aplicação dos termos Grande Oriente ou Grande Loja para fazer referência às jurisdições que governam as Lojas

⁵ Os nomes dos jornais elencados constam, neste artigo, em conformidade com a ortografia original.

em um determinado território, sendo que o mesmo território pode ter mais de uma Grande Loja ou Grande Oriente.

José Rodorval Ramalho (2019, p. 18-20) salienta o fato de a literatura acadêmica respeitante à maçonaria revelar características relevantes sobre essa instituição, a exemplo da sua presença ativa em momentos históricos nacionais, sua composição político-administrativa, sua atuação abrangente em grandes e pequenas cidades de todo o país, suas práticas ritualísticas, sua relação conflituosa com as religiões e, inclusive, suas iniciativas filantrópicas. Ao investigar a sociabilidade maçônica sob a perspectiva da sociologia, o mesmo autor registra a escassez da literatura sociológica respeitante à maçonaria, além de pontuar a dificuldade de obtenção de informações mais aprofundadas acerca do universo maçônico, já que a concessão de entrevistas a pesquisadores é recorrentemente evitada, e o acesso a arquivos é por vezes interdito à comunidade acadêmica, o que torna a maçonaria um desafio metodológico e epistemológico para as ciências sociais (RAMALHO, 2019, p. 34-35).

Quanto aos princípios que embasam a conduta maçônica, Alexandre Mansur Barata (1994) explica que o ideal de fraternidade consiste na essência da instituição maçônica, e é evidenciado na prática da solidariedade e da beneficência. A busca pelo aperfeiçoamento moral da humanidade, por meio do desenvolvimento da consciência fraterna, faz da Loja instrumento para a concretização de ações norteadas pela filantropia (BARATA, 1994, p. 93-94). Ao consultarmos a legislação do Grande Oriente do Brasil, é perceptível a continuidade da ênfase na caridade e na beneficência como pilares da maçonaria. Para fins exemplificativos, mencionaremos o Art. 2º da Constituição e Regulamentos Gerais da Ordem Maçônica no Brasil (1852), que estabeleceu “o exercício e a prática da beneficência e de todas as virtudes religiosas e sociais” como princípios fundamentais. No Art. 1º da Constituição da Maçonaria do Brasil (1866), encontramos, dentre os princípios elencados, a caridade.

Ainda no período imperial brasileiro, a assistência se tratava de um meio de melhoramento da condição social do homem, em conformidade com o § 2º do Art. 3º da Constituição da Maçonaria Brasileira (1873). No mesmo documento, o § 5º do Art. 10 determinava que o maçom deveria manifestar um “decidido amor da humanidade” para gozar dos direitos inerentes ao título.

A partir do começo da República, tornou-se comum às constituições maçônicas as referências às ações de assistência e ao trabalho pela melhoria material e social, e pelo aperfeiçoamento moral e intelectual do homem. Localizamos dizeres correlatos no Art. 1º da Constituição e Regulamento Geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil (1892) e da Constituição do Grande Oriente do Brasil (1901), no preâmbulo da Constituição do Grande Oriente do Brasil (1934), e no Art. 1º da Constituição do Grande Oriente do Brasil (1937), para nos atermos a alguns exemplos.⁶

Constatamos que a assistência praticada pela maçonaria se baseia em princípios estabelecidos na própria legislação maçônica. Essa assistência, contudo, é comumente ignorada pela maior parte da sociedade em virtude da sua discrição, como assinalam Claudia Neves da Silva e Fernando Monteiro (2018, p. 189):

A maioria das Lojas maçônicas desenvolve algum tipo de ação social, quer mantendo discretamente alguma instituição de assistência social, quer através de outras ações. Essas ações sociais quase sempre passam despercebidas, não apenas pela discrição dos maçons, mas principalmente porque no imaginário popular prevalecem outros aspectos da maçonaria, relacionados ao caráter secreto e aos seus rituais, não raro associados ao satanismo.

Pontuamos a existência de incompatibilidades entre a maçonaria e as instituições religiosas, em especial a Igreja Católica Apostólica Romana, que historicamente condena a associação maçônica. O discurso condenatório da Igreja Católica remonta à Bula papal do pontífice Clemente XII *In eminenti apostolatus specula*, de 1738, que baniu o envolvimento de fiéis em sociedades maçônicas, sob pena de excomunhão, e sem possibilidade de absolvição (CLEMENTE XII, 1738). No século seguinte, a Carta Encíclica do pontífice Leão XIII *Humanum genus*, de 1884, ratificou a postura eclesiástica em face da maçonaria, julgada como uma seita, cujos dogmas expressam o intuito de destruir a religião e a Igreja que fora estabelecida por Deus, almejando o resgate dos costumes pagãos, após um lapso de dezoito séculos (LEÃO XIII, 1884).

Já no século XX, o cânon 1.240 do Código de Direito Canônico publicado no ano de 1917, durante o pontificado do papa Bento XV, privou de sepultamento eclesiástico os apóstatas filiados às seitas heréticas ou cismáticas, às seitas maçônicas, ou a quaisquer outras sociedades do mesmo tipo (BENTO XV, 1917, cânon 1.240).⁷

⁶ Os documentos citados consistem na legislação maçônica localizada durante a produção deste artigo. A busca priorizou as constituições e os regulamentos do Grande Oriente do Brasil que estiveram em vigor no decurso do século XIX e nas primeiras décadas do período republicano.

⁷ Após a publicação do Código de Direito Canônico no ano anterior à epidemia de gripe espanhola, a Santa

Por outro lado, essa relação conflitante entre a Igreja Católica e a maçonaria não impediu que houvesse tentativas de conciliação entre ambas as instituições, inclusive em Sergipe. Em uma obra publicada por ocasião do centenário do nascimento de Dom Luciano José Cabral Duarte (1925-2018), arcebispo falecido de Aracaju, Antônio Fontes Freitas (2025) analisa o processo de aproximação entre aquele intelectual religioso e os maçons da Loja Cotinguiba, que rendeu um diálogo entre a Igreja e a maçonaria, com vistas à concretização de um movimento social agrário em defesa dos camponeses e trabalhadores rurais. Freitas (2025, p. 27) classifica como corajosa a atitude de Dom Luciano Cabral de conferenciar – com autorização da Santa Sé – na Loja Cotinguiba, em 29 de maio de 1968, o que o levou a se tornar o primeiro bispo brasileiro a falar para maçons em uma Loja Maçônica.

Sublinhando a influência exercida por maçons no que tange a movimentos políticos do século XIX e a relação por vezes estreita entre a maçonaria brasileira e os episódios marcantes da história nacional, José Anderson Nascimento (2000, p. 20-25) aponta o fato de a fundação da Loja Simbólica Cotinguiba, ocorrida no dia 10 novembro de 1872, estar associada a um contexto histórico turbulento, no qual o Brasil ainda buscava se restabelecer da guerra extenuante travada contra o Paraguai. Maçons sergipanos empregaram esforços em prol de pautas políticas e sociais, em particular os princípios republicanos e a abolição da escravidão, e fundaram a referida Loja na então província de Sergipe, amparados pelo Grande Oriente do Brasil, e tendo São João Batista como patrono.

Ressaltamos que, mesmo nos anos 1870, a maçonaria já intervinha na vida política, social e cultural de Aracaju, o que pode ser constatado, consoante Rafael Bedenik Barbero (2021), por meio do conteúdo do periódico *A Fraternidade*, editado pela Loja Cotinguiba entre os anos de 1875 e 1876. Ao analisar os editoriais desse periódico, Barbero (2021, p. 18) atesta a sua utilidade como uma fonte histórica de grande relevância à medida que possibilita aos pesquisadores escrutinar não só as nuances da sociabilidade maçônica em Sergipe, como, também, o posicionamento dos maçons em face de questões sociais e políticas pertinentes nos âmbitos local, nacional e internacional.

As ações desempenhadas pela Loja Cotinguiba a partir de fins do século XIX, atravessando-se todo o século XX, até a atualidade, não se restringiram ao espaço físico

Sé só tornaria a se manifestar novamente acerca dos maçons por meio da Declaração Sobre a Maçonaria, reforçando a incompatibilidade da sociedade maçônica com a doutrina eclesial (JOÃO PAULO II, 1983).

da Loja em questão, haja vista que a presença da sociabilidade maçônica se espalhava pela sociedade aracajuana, impactando-a direta ou indiretamente. Acerca disso, Barbero (2021, p. 18) afirma:

A atuação da Loja Cotinguiba, em seus quase cento e cinquenta anos de funcionamento, quando vista mais de perto pelas lentes da pesquisa histórica, nos mostra que a atuação dos maçons que passaram pela referida agremiação não se limitou única e exclusivamente ao interior da Loja e que os seus laços de sociabilidade não se encerraram dentro da estrutura da agremiação.

Com base no esboço biográfico apresentado por Nascimento (2012, p. 114), José de Alencar Cardoso nasceu em 18 de abril de 1878 no município de Estância, onde fundaria, em 1909, o Colégio Tobias Barreto, mais tarde transferido para Aracaju. Em função do envolvimento com o magistério, José de Alencar Cardoso assumiu o cargo de Diretor de Instrução Pública e se tornou membro do Conselho de Ensino e Inspetor de Instrução Primária. Iniciado na maçonaria em 1914, atuou como Venerável Mestre em três períodos distintos: de 1914 a 1921, de 1930 a 1931, e de 1953 a 1956.

Como dissemos anteriormente, o posto de Venerável Mestre lhe conferia a responsabilidade de coordenar as ações desempenhadas pela Loja Cotinguiba, inclusive a assistência à população no período epidêmico. Assim, embora os esforços dos maçons durante a epidemia tenham sido coletivos, supomos que eles tenham sido liderados por José de Alencar Cardoso, a julgar pela sua posição na instituição maçônica naquele contexto. Logo, não atribuímos exclusivamente a ele funções exercidas em coletividade, mas sublinhamos a sua incumbência de garantir que fossem desempenhadas.

O professor José de Alencar Cardoso faleceu aos 4 de maio de 1964, e, na atualidade, seguem em funcionamento, além da escola por ele fundada e hoje administrada pelo governo do Estado – o Colégio Estadual Tobias Barreto –, três instituições de ensino também públicas que levam o nome do maçom: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Alencar Cardoso e o Colégio Estadual José de Alencar Cardoso, em Aracaju, e o Colégio Estadual Alencar Cardoso, na cidade de Salgado.

Sobre a postura assistencial do educador, evidenciada a partir da sua iniciação na maçonaria, e que o tornou, posteriormente, um personagem relevante na condução das ações maçônicas de assistência aos desamparados durante a gripe espanhola, podemos conjecturar que esse indivíduo atuara de maneira altruísta não só por força da obrigação que lhe competia de cumprir as prescrições da maçonaria, mas motivado por princípios e

interesses particulares. A hipótese em questão encontra lastro em Campillo (2015, p. 64), segundo o qual a pedagogia maçônica propicia a construção de uma sociabilidade, porém, não homogeneiza o pensamento e a conduta dos iniciados, que, por seu turno, carregam experiências de vida e são dotados de formas próprias de pensar e agir. Em razão da falta de informações específicas sobre os interesses pessoais de José de Alencar Cardoso, a ideia aventada acima se trata de uma possibilidade e não pode ser plenamente verificada a partir das fontes.

APONTAMENTOS ACERCA DA GRIPE ESPANHOLA E SUA CHEGADA AO BRASIL

Para elucidar o contexto epidêmico no qual as providências assistenciais da maçonaria foram empreendidas, caracterizaremos, em breves traços, a doença convencionalmente denominada de gripe espanhola, e buscaremos esclarecer como e quando ela chegou ao território brasileiro, disseminando-se, doravante, por todo o país. De antemão, recorreremos a Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2020), objetivando esboçarmos uma definição sucinta para a patologia. Segundo as autoras, tratava-se de um tipo de influenza cujo vírus apresentava elevada capacidade de mutação, dificultando o seu reconhecimento por parte do sistema imunológico, e anulando qualquer chance de imunidade por infecções anteriores (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 15).

Revisando algumas investigações já realizadas acerca da gripe espanhola internacionalmente, Beatriz Echeverri Dávila (2018) considera que a epidemia de 1918 foi uma “catástrofe esquecida” ao longo da maior parte do século XX, o que soa incongruente para a autora, uma vez que o quantitativo de óbitos decorrentes da influenza, nesse contexto, é estimado em mais de 50 milhões, isto é, cerca de três vezes mais mortes resultantes da guerra supramencionada. A julgar pela mortandade da doença e por sua interferência direta na evolução do conflito, Dávila (2018, p. 18) questiona os motivos de o mundo parecer ter se esquecido daquela epidemia que foi ainda mais feroz do que a própria guerra.

Uma possível justificativa para que essa e outras crises epidêmicas tenham sido relegadas ao esquecimento pela historiografia nos remete a Christiane Maria Cruz de Souza (2009), que pontua que temáticas como a medicina, a saúde e as doenças permaneceram, por longo tempo, restritas aos domínios de médicos, os quais historicizavam a sua profissão a partir de narrativas celebradoras da ciência médica, tratando o profissional da medicina como um herói através de uma visão otimista do

progresso científico. Mas, se outrora os historiadores preferiam se dedicar ao estudo da política, das guerras e da diplomacia, a realidade foi se reconfigurando, como aponta Souza (2009, p. 19):

Progressivamente, esse cenário começou a mudar, e os historiadores voltaram sua atenção também para o estudo dos antigos sistemas de medicina e práticas de cura; a construção do corpo e seus simbolismos; os aspectos sociais e institucionais da medicina e suas relações com valores culturais e realidades socio-estruturais.

No tocante à nomenclatura da influenza espanhola, Claudio Bertolli Filho (2003, p. 76) indica que ela se basearia em suposições equivocadas, segundo as quais o marco zero da epidemia teria sido a Espanha, ou que essa nação tivesse concentrado o maior quantitativo de óbitos em comparação com quaisquer outras. Uma segunda possibilidade se refere à teoria de que o aparato de censura dos países envolvidos na guerra interditava a divulgação de informações sobre a presença da gripe entre as suas tropas, preferindo-se situar o epicentro da enfermidade em territórios neutros no conflito, o que era o caso da nação hispânica. A terceira hipótese levantada pelo autor concerne à tese de que a Inglaterra teria imputado à Espanha a responsabilidade pelo surgimento da doença em represália a uma facção do governo espanhol que demonstrava certa simpatia pela Alemanha. Liane Maria Bertucci (2004, p. 32) elenca as mesmas explicações possíveis para a adjetivação da enfermidade de “espanhola”, mas adiciona mais uma hipótese à discussão: franceses xenófobos em relação aos trabalhadores espanhóis que cruzavam a sua fronteira teriam sido os responsáveis por conceber essa denominação.

Quanto à divulgação do avanço da influenza mundo afora, por parte da imprensa brasileira, Schwarcz e Starling (2020, p. 51) assinalam que os periódicos nacionais repercutiram a evolução da gripe diariamente, desde o mês de junho de 1918, estampando manchetes respeitantes às mortes e às medidas de isolamento adotadas nos Estados Unidos e na Europa. Enquanto a epidemia se achava distante das terras tropicais, os jornalistas se referiam a ela de maneira fria, até que, enfim, o vírus aportou no Brasil. Sobre esse aparecimento, Schwarcz e Starling (2020, p. 60) explanam:

Seu possível porto de chegada foi o Recife, onde atracavam as embarcações que vinham da Europa e da África. Na manhã de 9 de setembro, fundeu no cais o navio inglês *Demerara*, procedente de Liverpool. [...] Na chegada ao Recife, havia ao menos dois doentes na enfermaria, e o diagnóstico era de gripe comum. Possivelmente o número era maior. Seja como for, passageiros e tripulantes contaminados desceram no cais sem despertar maiores preocupações por parte das autoridades de saúde – aliás, um procedimento que se repetiria em outros portos brasileiros.

Registramos que as epidemias não mobilizam apenas os profissionais da medicina, visto que interferem profundamente na vida social, o que evidencia que as doenças não são fatos meramente biológicos, mas acontecimentos sociais. Localizamos essa ideia em Marcos Cueto (1997, p. 17-18), que atenta para a possibilidade de os cenários epidêmicos trazerem a lume certas dimensões do tecido social que não pareceriam claras na normalidade da vida cotidiana. O autor infere que as enfermidades coletivas revelam caracteres pouco conhecidos das mentalidades, ideologias e crenças religiosas, ao passo que descortinam os esforços para cuidar da saúde pública.

Para Cueto (1997, p. 18), crises epidêmicas servem como lentes de aumento para a observação de aspectos sociais importantes, tais como os temores, as normas e os estereótipos sobre os enfermos, o corpo humano e as classes sociais. Posto isso, o autor afirma: “A variedade de percepções, práticas e testemunhos que surgem em uma crise epidêmica deixam notório que a enfermidade não é um simples fato biológico de responsabilidade dos médicos” (Cueto, 1997, p. 18. Tradução nossa)⁸. No mesmo sentido, Schwarcz e Starling (2020, p. 46-47) sublinham que as doenças contagiosas também são eventos sociais que carregam suas respectivas histórias, sendo que compete à sociedade enfrentar, evitando ou resistindo, os surtos epidêmicos que a atemorizam.

A “ESPANHOLA” EM SERGIPE: UNINDO FORÇAS CONTRA O “MAL REINANTE”

Delinearemos, nesta seção, um esboço do panorama epidêmico da gripe espanhola no estado de Sergipe, concentrando o nosso olhar nas ações engendradas pelo aparato governamental local, com o auxílio imprescindível de instituições privadas, para combater a doença. Demonstraremos, nesse ínterim, o aspecto de discrepância entre a coalizão do poder público e associações particulares, com o intento de levar a cabo as medidas profiláticas e filantrópicas articuladas, e a postura individualista e aproveitadora de comerciantes que buscaram se favorecer mediante a epidemia. Recorreremos aos jornais da época para lograr o intento de analisar os referidos fatores. Frisamos que escapa ao nosso interesse descrever em minudências porventura exaustivas o progresso e os efeitos da influenza, haja vista a existência de bibliografia que já aborda com maior detalhamento

⁸ Tradução livre a partir do texto original de Marcos Cueto (1997, p. 18): “La variedad de percepciones, prácticas y testimonios que surgen en una crisis epidémica hacen evidente que la enfermedad no es un simple hecho biológico de responsabilidad limitada de los médicos”.

a marcha da gripe espanhola no Brasil e em Sergipe, e que será convenientemente evocada com propósito de embasamento.

O aparecimento do espectro nefasto da “espanhola” em Sergipe foi comunicado pela primeira vez, na imprensa local, pelos periódicos *Diário da Manhã* e *Jornal do Povo*, em 22 de outubro de 1918. As notícias informavam que a doença havia acometido a tripulação do paquete *Itapacy*, que aportara em Aracaju na antevéspera e se encontrava fundeado no porto marítimo. Os enfermos – seis, no total – foram recolhidos ao Lazareto Público ao desembarcar na cidade.

Segundo os articulistas, a capital encontrava-se “[...] apavorada diante da aparição da gripe espanhola, que já tem acamado diversas pessoas”.⁹ De acordo com os jornais, o cozinheiro de bordo da embarcação, José Antônio Corrêa da Silva, faleceu durante a travessia marítima entre os estados da Bahia e de Sergipe. Os tripulantes procederam com as “formalidades do estilo”, lançando o cadáver ao mar. O *Diário* advertia, ainda, que a influenza estava “[...] com cerimônia de fazer morada aqui”, e rogava aos cidadãos: “Façamos-lhe a vontade, fechando-lhe a porta”. Percebemos que os textos já eram suficientes para despertar o temor nos leitores dos periódicos, que deviam estar previamente cientes da presença da enfermidade em outros estados, além de alarmados ante a iminência da chegada da enfermidade ao território sergipano.

Ao discutir a hipótese de que as matérias jornalísticas sobre a evolução da epidemia teriam suscitado o sentimento individual ou coletivo de medo na sociedade sergipana, Matheus Honorato da Silva Santos (2025) assinala que, mesmo anteriormente à proliferação local da influenza, as pessoas que acompanhavam o noticiário de Sergipe já conheciam os rastros perturbadores daquela doença em outras cidades e estados brasileiros, assim como mundo afora. Desde a segunda quinzena de setembro de 1918, os jornais já publicizavam os adoecimentos e óbitos notificados entre os integrantes de uma missão médica brasileira em Dakar, capital do Senegal, no contexto da Primeira Guerra Mundial.

A considerável distância geográfica que ainda separava os cidadãos sergipanos dos sujeitos acometidos pela gripe inspirava uma impressão de imunidade em função do afastamento. A situação se alteraria no fim do mesmo mês de setembro, quando telegramas

⁹ Atualizamos a ortografia das citações de jornais conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigência, a fim de facilitar a leitura.

provenientes de algumas cidades brasileiras começaram a se espalhar pelos jornais aracajuanos, registrando cenários mórbidos, os quais teriam contribuído para potencializar o medo da aproximação da “espanhola”.

Com a chegada da gripe espanhola a Aracaju, a doença não tardaria a se propagar por todo o estado de Sergipe, acometendo até mesmo a população dos municípios mais distantes da capital, e deixando um saldo cada vez mais numeroso de vítimas fatais. Ainda no dia 22 de outubro, a Diretoria de Higiene e Saúde Pública do Estado emitiu uma nota que seria divulgada no dia seguinte no *Estado de Sergipe*, a qual registrava o óbito de um maquinista do *Itapacy*, ocorrido no Lazareto Público. Nas páginas do *Diário da Manhã* de 24 de outubro, escancaravam-se as deficiências de tal espaço, o qual, segundo matéria carregada de um tom denunciatório, “não tem os necessários cômodos para receber doentes, sendo que os que se acham lá estão muito mal servidos em aposentos”. Notamos que, mal a influenza aparecera, já se revelava a precariedade dos serviços de assistência médica aos gripados e se evidenciava a urgência da adoção de medidas profiláticas para debelar a impiedosa moléstia.

Em plena véspera do Dia de Finados, 1º de novembro de 1918, o *Diário da Manhã* informava que, após uma reunião entre o secretário-geral do Estado e autoridades políticas e médicas, incluindo o intendente municipal e o diretor de Higiene e Saúde Pública, ficaram definidas certas providências para impedir a intensificação da epidemia. Dentre as medidas estabelecidas, estava a suspensão do funcionamento de todas as unidades de ensino das cidades de Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga e Riachão, assim como a divisão da capital em distritos sob a responsabilidade de médicos designados para assisti-los, fornecendo medicamentos aos desafortunados. A reunião propriamente dita aconteceu em 30 de outubro, no Palácio do Governo, “pelas 14 horas”, conforme o *Jornal do Povo* do dia 31.

Em 6 de novembro, o *Diário da Manhã* chamaria a atenção para o “quadro apavorante” que se descortinava, uma vez que as duas fábricas de tecidos aracajuanas – Sergipe Industrial e Confiança – estavam ameaçadas de interromperem as suas atividades em função do adoecimento de quase todo o seu pessoal. Como teremos oportunidade de discutir mais adiante, a capacidade do poder público de combater a gripe espanhola estava aquém do potencial de contágio do vírus e, em vista disso, a evolução do cenário epidêmico demandaria uma soma de esforços entre as autoridades dirigentes e as instituições particulares, dentre as quais a associação maçônica.

Ressaltando a necessidade imperiosa de um trabalho conjunto para frear o avanço da gripe, o redator de um texto localizado no hebdomadário *Século XX* de 10 de novembro lembrava que “todos têm o dever, e mais que o dever, a obrigação, de seguir os conselhos das autoridades sanitárias”. Em seguida, exortava os cidadãos a agir preventivamente contra a mazela: “Nada de cruzar os braços à espera que chegue o mal”. Entretanto, na contramão dos clamores pela união de forças para enfrentar a epidemia, havia quem se aproveitasse das circunstâncias calamitosas para obter vantagens pessoais, gerando, nos dizeres do redator desse semanário, em matéria publicada na edição de 16 de novembro, um “triste contraste” entre “tanta ação altruística e caridosa” e “o espírito do demônio [que] tem se manifestado em umas tantas criaturas, principalmente nos negociantes de leite e de carne [...]”. Essas palavras se referem ao fato de alguns negociantes de gêneros alimentícios terem elevado os preços de produtos altamente procurados durante a epidemia, visando nada além dos lucros financeiros.

Queixas similares à mencionada acima haviam sido publicadas na mesma semana por outros jornais, demonstrando que não somente os alimentos estavam sendo vendidos a custos exorbitantes, como também algumas substâncias então indicadas para o tratamento da influenza, as quais, como se não bastasse a gravidade da situação, eram adulteradas. Em 12 de novembro, *O Imparcial* denunciava aquele “[...] fato criminoso e desumano de haver quem, por espírito de ganância, estava ludibriando o público, vendendo, por cápsulas de quinino, simples partículas de farinha de trigo”. A exploração por parte dos comerciantes de alimentos e de medicamentos foi exposta, ainda, pelo jornal *Correio de Aracajú* de 13 de novembro, que, em matéria sumariamente intitulada “Repugnante”, apelou para que as autoridades tomassem “providências coibitivas a tal usurpação” perpetrada por “impiedosos sanguessugas que se estão cevando à custa dos males alheios”.

Salientamos que a contrapartida das ações assistenciais, expressada em condutas egocêntricas motivadas pela ganância, não foi uma particularidade sergipana. A referida problemática é discutida por Schwarcz e Starling (2020, p. 181-182), autoras segundo as quais, no caso da cidade de São Paulo, por exemplo, a epidemia também interferiu nos preços dos medicamentos vendidos nas farmácias, sem contar o fato de a situação do abastecimento de alimentos naquela capital ter atingido um patamar alarmante. Os paulistanos recorriam, entretanto, a profilaxias caseiras, como a cachaça de limão com mel, o que acarretaria a disparada do preço do limão e o desaparecimento do fruto das

mercearias. É relevante sublinhar que, consoante Souza (2009, p. 246), as indústrias farmacêutica e de bebidas se aproveitaram do panorama epidêmico para vender produtos que prometiam curas quase miraculosas para a “espanhola”, ou ao menos a atenuação dos seus sintomas.

Em Aracaju, o “Bromil”, divulgado pelo *Jornal do Povo* em várias edições, como no número de 9 de novembro, prometia a cura da “tosse das crianças, tosse dos moços, tosse dos velhos, qualquer tosse, qualquer doença do peito, como bronquite, asma, coqueluche”. A Farmácia Lealdade, por seu turno, utilizou um espaço considerável da seção de anúncios do jornal oficial do governo estadual – o *Estado de Sergipe*, na edição de 4 de dezembro – para fazer a propaganda do “Xarope Calmante Creosotado” de Helvécio Maia, “o remédio mais eficaz e, por isso, o mais procurado para combater a tosse proveniente da influenza”.

Reparamos que tanto a Loja Cotinguiba, quanto outras instituições particulares, assistiram os gripados em meio a um panorama que se mostrava desafiador não somente devido à epidemia em si, mas, também, por causa da existência de indivíduos que não inspiravam confiança na população ao explorá-la vendendo produtos a custos desproporcionais, e em razão da indicação recorrente, nos jornais, de substâncias e métodos profiláticos caseiros sem comprovação científica. Pressupomos que tais fatores poderiam representar obstáculos à atuação dos profissionais a serviço da maçonaria, mas as fontes consultadas não oportunizam a comprovação dessa possibilidade.

Contestando a ideia de “ilusão democrática”, segundo a qual a gripe espanhola teria impactado a todas as classes sociais equivalentemente, Bertolli Filho (2003, p. 89-95) assegura que as crises sanitárias nada têm de “democrático”, visto que os seus impactos refletem as diferenças marcantes de condições materiais de vida dos grupos sociais, definindo oportunidades desiguais de viver e morrer. Aproveitamos o ensejo para mencionar o fato de que, a despeito da preferência da enfermidade pela população desfavorecida, a doença não poupou sergipanos socialmente bem posicionados. Em pleno período mais agudo da epidemia, o diretor de Higiene e Saúde Pública do Estado Octaviano Vieira de Mello adoeceu, e por vinte e cinco dias, o titular da repartição foi substituído.

Por decreto de 12 de novembro de 1918, reproduzido no *Estado de Sergipe* publicado no dia seguinte, formalizou-se a substituição do diretor efetivo de Higiene “por motivo de [ele] ter sido acometido do mal reinante”. Recuperado, reassumiria o comando da Diretoria por força do decreto de 7 de dezembro, replicado no jornal *Estado de Sergipe*

na data subsequente. Diferentemente das vítimas fatais da enfermidade, o diretor de Higiene, que contava apenas 39 anos à época, teve a chance de convalescer e desfrutar de longa vida. Por inusitada coincidência, entretanto, a morte que outrora o espreitara o levaria na data do seu próprio aniversário de 84 anos, em 4 de setembro de 1963.

No fim das contas, a parcela da população desprovida de recursos era, inequivocamente, mais impactada pela influenza espanhola, o que se justifica pela insalubridade do ambiente onde residia e pela dificuldade de acesso aos serviços médico-hospitalares, os quais eram, por seu turno, precários. Acerca das deficiências e limitações do aparato de saúde pública em Sergipe, Antônio Samarone de Santana (2005) constata que, em fins do século XIX e princípio do século XX, a assistência médica estava restrita aos indivíduos que tinham condições de recorrer a consultórios particulares de médicos. Segundo o autor, o advento da República manteve inalterada a postura que o poder público sergipano assumia, durante o Império, em relação ao campo sanitário, direcionando verbas insignificantes para a saúde pública e concentrando as providências apenas em situações emergenciais.

E enquanto a gripe espanhola penetrava sorrateira na morada dos desvalidos, espalhando insidiosamente o rastro funesto, a imprensa expunha a insalubridade que favorecia o alastramento da epidemia. Na edição já citada de 12 de novembro de 1918 d'O *Imparcial*, um articulista escrevia: "Quem conhece os bairros pobres da capital onde vive a parte da população mais desfavorecida da fortuna, sabe que é desolador o aspecto que oferecem as habitações dessa gente em matéria de higiene". Adiante, alertava: "A falta de higiene domiciliar e, sobretudo, a insuficiência alimentar da população pobre do estado, facultarão à enfermidade contagiosa um campo vasto e fertilíssimo".

Eis que, também no mês de novembro, a Assembleia Legislativa aprovou um crédito de cem contos de réis para custear as despesas do combate à influenza espanhola, e a verba suplementar foi oficializada por meio da Lei n. 766, de 16 de novembro de 1918, sancionada pelo presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo. Chama a atenção o fato de o texto da lei, que foi transcrita no *Estado de Sergipe* do dia posterior, justificar a aprovação daqueles vultosos recursos com base nas "proporções assustadoras" da epidemia. Pouco valeria a tal soma sem a articulação entre as ações das autoridades públicas e as iniciativas privadas.

Sobre a mobilização geral em torno da epidemia, Santana (2005, p. 154-155) afirma:

Diante das deficiências do poder público para enfrentar a epidemia, a sociedade reagiu de forma inusitada: pela primeira vez, em Sergipe, a população se mobilizou para enfrentar um problema de saúde. Entidades, empresas, clero, instituições beneficentes movimentaram recursos e pessoas para enfrentar a epidemia. [...] O atendimento consistia, basicamente, na distribuição de medicamentos entre a população indigente, distribuição de alimentos ou dinheiro, desinfecção de casas onde ocorriam óbitos e na remoção dos cadáveres.

Quanto às estatísticas de casos e de óbitos decorrentes da gripe espanhola em Sergipe, dados oficiais foram divulgados pelo poder executivo estadual depois de quase um ano do surto epidêmico local. Em 23 de setembro de 1919, o jornal *Estado de Sergipe* publicou um levantamento quantitativo de notificações de influenza e de vítimas fatais registradas na capital e nos municípios do interior. As informações integravam a Mensagem do presidente do Estado à Assembleia Legislativa, proferida no dia 7 de setembro daquele ano. Segundo esses dados, 7.974 pessoas foram acometidas pela influenza em Aracaju, tendo havido 229 falecimentos.

Nas demais localidades do estado, registrou-se 17.936 casos da doença, com 768 óbitos. No total, 25.910 pessoas teriam sido atacadas pela doença, dentre as quais 997 morreram devido a ela. É de suma importância salientarmos a imprecisão dos números, que foi explicitada no texto da mensagem presidencial de Pereira Lobo, haja vista que, consoante a comunicação oficial em questão, os tais dados correspondiam a “estatísticas incompletas”. Notamos que algumas cidades onde a gripe espanhola se manifestou apareceram nesse levantamento com seus respectivos campos numéricos simplesmente vazios.

O problema da subnotificação foi, de fato, um elemento caracterizador da crise epidêmica da influenza, conforme Santos (2023, p. 59-60), que ressalta a ineficiência do poder público local para contabilizar com mais precisão a quantidade de indivíduos acometidos ou ceifados pela enfermidade. O autor atesta a inexistência de metodologias capazes de contornar a problemática da subnotificação durante a progressão da epidemia, realidade aparentemente comum aos centros urbanos brasileiros.

Indício de que uma parcela expressiva de sergipanos adoecidos não se dirigiu aos serviços de assistência hospitalar é a considerável discrepância entre as cinquenta pessoas assistidas pelo Hospital Santa Isabel, principal nosocômio da capital à época, e as 855 atendidas pela Loja Cotinguiba; as 795 pela Associação Comercial; e as 320 pela Cruz Vermelha. Não fosse o fornecimento de balanços por parte dessas e outras instituições

listadas no levantamento oficial, os dados gerais seriam, certamente, ainda mais incondizentes com a realidade. De toda sorte, percebemos a gravidade da crise epidêmica em Sergipe, a despeito da inconsistência dos números do relatório oficial apresentado pela presidência do Estado. Evidenciamos, também, a relevância das iniciativas particulares no sentido de auxiliar as autoridades públicas para a contenção da marcha da epidemia. Na seção que se segue, intentamos nos aprofundar, especificamente, na contribuição da maçonaria sergipana para a prestação de socorro aos cidadãos desvalidos, sob a condução do professor maçom José de Alencar Cardoso.

OS MAÇONS SE MOBILIZAM PARA SOCORRER OS GRIPADOS

Os textos jornalísticos nos levam a crer que, no contexto da epidemia de gripe espanhola em Sergipe, a Loja Maçônica Cotinguiba deu início às medidas assistenciais em prol da população pobre de Aracaju no dia 7 de novembro de 1918, isto é, dezoito dias depois do aparecimento da doença na cidade. A princípio, foi o *Jornal do Povo*, em seu número publicado naquela data, que noticiou a assistência prestada pela maçonaria, comunicando, por meio de uma nota diminuta, que a associação resolvera auxiliar a ação do governo, distribuindo medicamentos contra a doença.

Quatro dos jornais consultados – *Correio de Aracajú*, *Diário da Manhã*, *Estado de Sergipe* e *Jornal do Povo* – informaram, no dia 9 de novembro, que os maçons da Cotinguiba haviam começado a fornecer, mediante apresentação de cartões distribuídos pela Diretoria de Higiene e Saúde Pública, porções de leite, das 7h às 9h, e de sopa, das 13h às 15h, sendo a distribuição realizada no próprio edifício daquela associação. Os demais periódicos analisados – *O Imparcial* e *Século XX* – divulgaram as ações assistenciais da maçonaria em datas posteriores.

É importante constatar, de antemão, que a conduta assistencial dos maçons foi enaltecida por todos os periódicos disponíveis para consulta. Ainda em 9 de novembro, o jornal *Correio de Aracajú* registrou que a filantropia maçônica consistia em “uma atitude que dignifica a quem pratica” e, sendo assim, merecia “a mais franca aprovação”. Entrementes, o *Diário da Manhã* aplaudia a “nobilíssima ideia” daqueles “espíritos verdadeiramente filantrópicos”. O *Jornal do Povo* classificou a atuação dos membros da maçonaria como um “gesto digno”. Indicaremos, convenientemente, outras ocasiões em que a imprensa local reconheceu e elogiou as providências da instituição maçônica para o combate à epidemia, o que evidenciava que os jornais citados eram favoráveis às ações da associação.

Destacamos que os termos celebratórios pertencem ao vocabulário dos jornais e demonstram o que poderíamos interpretar como uma tentativa de consolidação de uma imagem pública positiva da Loja Cotinguiba, a despeito da histórica condenação da Igreja Católica contra a maçonaria. Sobre isso, o conteúdo das fontes não nos permite formular constatações para além dessa especulação.

Devemos, no entanto, problematizar o aparente consenso dos periódicos no reconhecimento da importância das medidas assistenciais maçônicas, porque a aprovação praticamente unânime da assistência prestada pelos maçons durante a epidemia poderia decorrer de alinhamentos políticos ou interesses institucionais por parte da imprensa. Infelizmente, são escassas as informações a respeito das inclinações ideológicas dos jornais publicados em Sergipe nas primeiras décadas republicanas. O *Estado de Sergipe*, na condição de veículo de comunicação governamental, naturalmente repercutiria a aproximação do presidente do Estado com os integrantes de uma comissão maçônica incumbida de auxiliar a gestão estadual no atendimento à população enferma. Conjecturamos que o periódico oficial do governo sergipano não se isentaria de divulgar essa articulação de providências assistenciais, uma vez que fora consentida e conduzida pelo presidente Pereira Lobo, como demonstraremos.

O *Correio de Aracajú*, por seu turno, assumia uma postura conservadora e repelia as reformas políticas. Fora fundado em 1906 por Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, então chefe do Partido Republicano Sergipense, e antecessor de Pereira Lobo na presidência do Estado. No editorial sobre o direcionamento do periódico, na primeira edição, de 24 de outubro de 1906, não havia margem para dúvidas: “[...] seremos conservadores das boas normas do governo, bem entendido; não nos agrada o prurido de reformas, porque, de ordinário, entre nós elas pouco adiantam, quando não retrogradam”. Conforme Ibarê Dantas (2004), Oliveira Valadão era um aliado leal de Pereira Lobo desde a primeira década da República, e, antes de deixar o governo estadual para o seu sucessor, combinou com ele de se candidatar ao Senado, a fim de realizar uma espécie de permuta política: Pereira Lobo deixaria o cargo de senador para assumir a presidência estadual, enquanto Oliveira Valadão faria o inverso.

Presumimos que a fidelidade política de Oliveira Valadão, fundador do *Correio de Aracajú*, a Pereira Lobo, justificaria a repercussão positiva, no jornal em questão, das medidas de assistência do poder público com o auxílio da comissão maçônica. Porém, não

dispomos de dados suficientes para elucidar se existia alguma relação direta entre os responsáveis por esses jornais e os membros da Loja Cotinguiba. Deparamos com a mesma limitação em relação aos demais impressos consultados, o que nos impede de averiguar se os periódicos teriam exaltado a assistência da maçonaria aos gripados por motivo de alinhamento ideológico aos membros da instituição.

Em virtude da carência de análises sobre os interesses e posicionamentos dos jornais editados em Sergipe nos decênios iniciais da República, também não localizamos informações desse teor sobre o *Diário da Manhã*, o *Jornal do Povo* e o *Século XX*. Acerca d'*O Imparcial*, o tom do seu editorial de apresentação, em 31 de julho de 1918, sugere uma certa discordância do periódico com a política local e nacional: “Política não é o que se tem feito no Brasil e muito menos em Sergipe ou em qualquer dos Estados da República”, escreveu o redator. Aparentando discordar da maneira com a qual Sergipe estava sendo administrado, *O Imparcial* não deixou de noticiar a assistência maçônica, mas também não direcionou holofotes ao apoio do governo estadual à comissão da Loja Cotinguiba.

Embora as fontes analisadas não nos possibilitem comprovar se os jornais elogiaram a conduta assistencial dos maçons sergipanos durante a epidemia por mero reconhecimento de sua importância ou por convergências político-ideológicas, registramos a plausibilidade de ambas as possibilidades.

Sublinhamos que nos interessava examinar o conteúdo de um outro periódico, *A Cruzada*, que foi fundado em 1918 pelo primeiro bispo da diocese de Aracaju Dom José Thomaz Gomes da Silva, e era administrado pela Igreja Católica, mais precisamente por uma ala conservadora do clero, como pontua Amanda Marques dos Santos (2019). Deparamos, então, com a impossibilidade de consultar o jornal por ele estar sem condições de manuseio, conforme alegou a instituição que o salvaguarda. A julgar pela incompatibilidade entre a maçonaria e a doutrina católica, discutida anteriormente, seria de grande valia identificar se *A Cruzada* chegou a mencionar, em alguma ocasião, que a maçonaria estava contribuindo para o abrandamento dos efeitos da “espanhola” em Aracaju, ou se, considerando o caráter conservador do periódico, esse fato teria sido silenciado pelas autoridades eclesiásticas que o administravam, em particular o seu primeiro editor Monsenhor Adalberto Sobral.

Ressaltamos, consoante Santos (2019, p. 10-11), que *A Cruzada* refletia o interesse do clero de estreitar relações entre a Igreja e o Estado, além da tentativa de oferecer à

sociedade uma “boa imprensa” que possibilitasse a propagação da crença cristã e a restauração da fé e dos valores da Igreja Católica. Analisar o jornal também oportunizaria elucidar, a partir de um meio de comunicação “oficial” da então diocese, como a Igreja publicizou as suas próprias providências nas circunstâncias da crise epidêmica. Essas questões permanecerão, lamentavelmente, insondáveis.

Fato é que os jornais de que dispomos continuaram carregando nas tintas para elogiar as ações da maçonaria, enquanto comunicavam a seus assinantes o que a associação estava fazendo em favor dos doentes. Em uma matéria superlativamente intitulada “Louvabilíssima ação”, impressa na edição de 12 de novembro do *Diário da Manhã*, informava-se que a Loja Cotinguiba transformara o edifício da sua sede em hospital de campanha para os pobres. No mesmo texto, destacava-se, entretanto, que a instituição precisava de camas, as quais poderiam ser cedidas entre as muitas ainda desocupadas do recém-aberto Asilo de Mendicidade Rio Branco.

Na data subsequente, o *Diário da Manhã* repercutiria a “ideia generosíssima” dos “ilustres e humanitários cavalheiros” da Cotinguiba de angariar dinheiro a fim de distribuí-lo em domicílios ou empregá-lo na fundação de um posto de socorro aos gripados. Conforme o periódico, até a antevéspera daquela publicação, a maçonaria já amalhara 2:000\$000 (dois contos de réis), que estavam em poder de Luiz Freire, tesoureiro da comissão maçônica da qual participava ao lado de outros iniciados, quais sejam Autran Costa, Carlos Alberto Rolla e Carlos Dantas.

De acordo com o *Jornal do Povo* de 13 de novembro, a sociedade maçônica resolvera, em vez de transformar o seu próprio edifício em hospital, incumbir-se da assistência aos gripados de dois dos sete distritos delimitados pelo governo do Estado. A decisão teve a anuência da Diretoria de Higiene, que, nos termos do redator do jornal, “achou boa a ideia e aceitou o oferecimento”. A área destinada aos cuidados dos maçons correspondia à zona Sul da capital, e foi subdividida, por maçons, em mais sete distritos “para melhor agir a comissão de socorros”, como também informou o periódico *Jornal do Povo*, mas em 20 de novembro.

É no contexto da arrecadação de recursos e da estruturação da assistência oferecida por parte da Loja Cotinguiba que o nome do professor estanciano José de Alencar Cardoso começa a ser citado pela imprensa durante a epidemia de gripe espanhola. Em uma nota também localizada no número de 13 de novembro do *Diário da Manhã*, dizia-se que uma

pessoa anônima enviou ao referido professor a importância de 200\$000 (duzentos mil-réis) com o intuito de auxiliá-lo a custear as despesas geradas pela alimentação dos pobres “neste agudo momento de devastação”.

No dia 14, os leitores do *Correio de Aracajú* depararam com um anúncio de primeira página integralmente grafado em caixa alta, no qual se lia: “A maçonaria contrata enfermeiros de ambos os sexos para a assistência aos gripados por ela socorridos. Os candidatos devem se dirigir ao professor Alencar Cardoso”. Depreendemos que o interesse dos maçons da Cotinguiba em atender a população carente de Aracaju não bastaria, por si, sem a obtenção de recursos financeiros e humanos que viabilizassem o intento em questão.

Como já pontuamos, a maçonaria não foi a única instituição de natureza privada a contribuir para a diminuição dos impactos sociais da gripe espanhola, em parceria com o poder executivo local. Acerca disso, convém mencionarmos que Pereira Lobo se reuniu, no dia 13 de novembro, não só com a comissão maçônica – contando com a presença de Alencar Cardoso – mas, também, com a comissão da Associação Comercial. Resolveu-se que ambas firmariam um acordo com Simeão Sobral, então presidente da Associação Aracajuana de Beneficência e do Hospital Santa Isabel, para instalar postos de socorro espalhados pela capital. A reunião foi divulgada pelo *Estado de Sergipe*, no número do dia 14. Mas foi no *Diário da Manhã* onde encontramos balanços diários de doentes assistidos pela Cruz Vermelha, relações essas que foram impressas até a edição de 12 de dezembro desse periódico.

A certa altura, o diretor interino de Higiene apareceu no posto de socorros da maçonaria para conferir o andamento da assistência dos enfermeiros ali atuantes. Nos dizeres do redator do *Correio de Aracajú* de 15 de novembro, a autoridade de saúde regressou de lá com “a melhor impressão da solicitude, atividade e boa organização de todos os trabalhos ali estabelecidos”. Eis que, mais adiante, na mesma matéria, o jornal informava que a Igreja Evangélica Presbiteriana doou à Loja Cotinguiba a quantia de 100\$000 (cem mil-réis) “como pequeno auxílio à distribuição de remédios e alimentos que aos pobres e atacados pela influenza está fazendo, com muita dedicação e proveito”. Enquanto isso, o *Diário da Manhã* comunicava que a Cotinguiba estava encarregada da zona delimitada pelas avenidas Barão do Rio Branco, Pedro Calazans e Barão de Maruim, e que o “conceituado médico” Berillo Leite atenderia, no posto maçônico de atendimento, a todos os doentes, das 16h às 18h.

Outra medida que evidencia o auxílio mútuo entre o poder público e a maçonaria para assistir os gripados foi divulgada pelo *Jornal do Povo* em 16 de novembro, e se refere ao oferecimento, por parte do presidente do Estado, de dois policiais para garantir a segurança das ações assistenciais da Cotinguiba, bem como de dois animais para transportar o pessoal a serviço da instituição.

A partir da segunda quinzena de novembro, o *Estado de Sergipe* divulgou balanços fornecidos diariamente pela Loja Cotinguiba, concernentes à quantidade de casos e de óbitos notificados pelos médicos e enfermeiros a serviço da associação, sendo que no último levantamento, publicado no dia 12 de dezembro, mas referente à data anterior, registrara-se apenas dez pessoas ainda enfermas.

Findado o período mais crítico da epidemia, o presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo externalizou, em pessoa, a sua gratidão quando foi visitado por uma comissão da maçonaria liderada pelo professor Alencar Cardoso, ocasião em que este personagem cientificou ao mandatário que toda a zona confiada aos cuidados dos maçons estava livre da influenza. A visita ao governante aconteceu em uma sexta-feira, dia 13 de dezembro; levaram os maçons, porém, boas-novas.

Conforme o *Correio de Aracajú* publicado dois dias depois, Pereira Lobo agradecera, “em seu nome e do povo sergipano” os “tão relevantes serviços” engendrados pela maçonaria. A conduta dessa instituição fora igualmente estimada pelo diretor titular de Higiene Octaviano Vieira de Mello, na ocasião do comparecimento da citada comissão maçônica à sede da Diretoria. Como autoridade responsável pela saúde pública do estado, Octaviano Vieira de Mello ofereceu “palavras de aplausos aos membros da humanitária associação”, de acordo com o *Diário da Manhã* de 15 de dezembro.

Quatro dias mais tarde, *O Imparcial* informou a quantia angariada pela comissão maçônica a partir de uma subscrição pública para fins de custeio das despesas com o socorro prestado: 6:502\$000 (seis contos, quinhentos e dois mil-réis). Segundo o periódico, o tesoureiro da Cotinguiba Luiz Freire acusou um saldo restante de 1.731\$100 (um conto, setecentos e trinta e um mil e cem réis) após o encerramento das ações assistenciais. Esse valor, no entanto, foi depositado na agência aracajuana do Banco do Brasil, “aguardando o completo desaparecimento da moléstia”. Com isso, seria destinado, então, para aplicação “em benefício dos órfãos, da melhor forma”.

Quanto à Igreja Católica, assinalamos que o bispo diocesano de Aracaju Dom José Thomaz ofereceu ao poder público o edifício do Instituto Bento XV para acolher e atender os gripados.¹⁰ Como registrou o articulista do *Jornal do Povo* de 8 de novembro, Pereira Lobo agradeceu, por “atencioso ofício”, a atitude do sacerdote, declarando que aceitaria o favor “caso fosse preciso”. Interessa-nos, ainda, destacar que, segundo o *Jornal do Povo* de 29 de novembro, o bispo diocesano recomendara ao clero sergipano que modificasse o rito litúrgico usual para inserir nas missas, até que cessasse a epidemia, a oração nomeada *pro vitanda mortalitate, vel tempore pestilentiae* (“para que seja evitada a mortalidade ou em tempo de peste”, em tradução livre).

O bispo também aconselhara que os fiéis católicos colocassem no verso das portas dos seus lares a inscrição “Sagrado Coração de Jesus, rogai por nós”. O mesmo número do jornal indicava uma “oração contra a peste”, extraída do responsório de Santo Antônio. Constatamos que o periódico transcrevera apenas uma parte da oração, e em latim. Registramos, por fim, os versos mais sugestivos da oração transcrita pelo redator do jornal: “Pela sua intercessão/ Foge a peste, o erro, a morte/ O fraco torna-se forte/ E torna-se o enfermo são”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo buscou lançar luz sobre a assistência oferecida pela Loja Simbólica Cotinguiba à população desfavorecida da cidade de Aracaju no contexto de progressão da influenza espanhola no estado de Sergipe, em 1918. Nesse ínterim, enfatizamos o papel do professor José de Alencar Cardoso na condução das ações assistenciais empreendidas na capital sergipana com base em princípios estabelecidos na legislação maçônica, os quais norteiam a postura e a atuação dos membros da maçonaria perante a sociedade. Vimos que a referida assistência foi concretizada, nesse cenário, valendo-se de donativos e da contratação de enfermeiros, o que possibilitou a distribuição de alimentos e medicamentos aos mais necessitados.

Evidenciamos que as providências tomadas pela associação maçônica para socorrer os pobres e atender os enfermos foram executadas em articulação com o poder público, tendo o consentimento e o auxílio de autoridades, como o então presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo e o diretor de Higiene e Saúde Pública Octaviano Vieira de Mello. Inferimos que nas entrelinhas da concordância do governo com a ajuda da maçonaria

¹⁰ Nota-se a coincidência sobre o instituto citado ter o nome de um dos papas que condenaram, oficialmente, a maçonaria.

residia o reconhecimento da insuficiência do aparato de saúde pública para refrear a disseminação do vírus epidêmico e amparar a população acamada. Notamos, inclusive, que os esforços despendidos por maçons para debelar a gripe espanhola, sob a liderança de José de Alencar Cardoso, foram enaltecidos e agradecidos, não unicamente pela imprensa sergipana, como também pelo próprio mandatário do Estado e pelo dirigente da repartição de saúde pública.

Ressaltamos que a maçonaria não foi a única instituição particular a somar forças com o poder público sergipano para reduzir as consequências da doença, haja vista que outras iniciativas privadas foram contributivas no sentido do enfrentamento da enfermidade. Diante disso, conjecturamos que a cooperação entre o poder público e diferentes associações constituiu um componente relevante de resposta à epidemia. Por fim, considerando o fornecimento de alimentos e medicamentos a mais de oitocentas pessoas em Aracaju, avaliamos que a maçonaria se mostrou presente em circunstâncias em que a vida social e as atividades profissionais da população foram gravemente desordenadas.

Salientamos, em suma, que este trabalho de pesquisa focalizou um dos inúmeros aspectos que caracterizaram a epidemia de influenza, isto é, o auxílio prestado pela maçonaria para amortecer os efeitos da doença sobre a sociedade. Não pretendemos esgotar as possibilidades de investigação do panorama epidêmico em questão, tendo em vista a existência de análises anteriores acerca desse tema, bem como as lacunas a serem preenchidas, a exemplo das contribuições individuais para arrefecer os impactos da epidemia e da postura assumida por instituições religiosas na crise sanitária.

FONTES

1. Jornais sergipanos

Correio de Aracaju; Diário da Manhã; Estado de Sergipe; Jornal do Povo; O Imparcial; e Século XX

2. Legislação

BENTO XV. **Código de Direito Canônico**. Santa Sé: 1917. Disponível em: <https://www.iuscangreg.it/cic1917.php?lang=PT>. Acesso em: 25 out. 2025.

CLEMENTE XII. **Bula *In eminenti apostolatus specula***. Santa Sé: 1738. Disponível em: <https://www.papalencyclicals.net/clem12/c12inemengl.htm>. Acesso em: 25 out. 2025.

JOÃO PAULO II. **Declaração Sobre a Maçonaria**. Santa Sé: 1983. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19831126_declaration-masonic_po.html. Acesso em: 25 out. 2025.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica *Humanum genus***. Santa Sé: 1884. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals.index.html#encyclicals>. Acesso em: 25 out. 2025.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Rio de Janeiro: Vallée, 1937.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. **Constituição e regulamentos geraes da Ordem Maçonica no Brasil**. Rio de Janeiro: Vianna & C., 1852.

GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. **Constituição da Maçonaria do Brazil**. Rio de Janeiro: Perseverança, 1866.

GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. **Constituição do Grande Oriente do Brazil**. Rio de Janeiro: Alexandre Ribeiro & C., 1901.

GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. **Constituição do Grande Oriente do Brazil**. Rio de Janeiro: Vallée, 1934.

GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. **Constituição e Regulamento Geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1892.

GRANDE ORIENTE UNIDO DO BRAZIL. **Constituição da Maçonaria do Brazil**. Rio de Janeiro: Grande Oriente Unido do Brasil, 1873.

REFERÊNCIAS

BARATA, Alexandre Mansur. A maçonaria e a ilustração brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 78-99, jul./out. 1994.

BARBERO, Rafael Bedenik. **O tabuleiro, o esquadro e as tintas: sociabilidade maçônica na década de 1870**. 2021. 70 f. Monografia (Graduação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Campinas: Unicamp, 2004.

CAMPILLO, Marco Antonio Lopes Granados. A maçonaria para os leigos: mistérios, origens e estrutura. **Revista Ciência & Maçonaria**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 59-68, jan./jun. 2015.

CUETO, Marcos. **El regreso de las epidemias: salud y sociedad en el Perú del siglo XX**. Lima: IEP, 1997.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DÁVILA, Beatriz Echeverri. En el centenario de la gripe española: un estado de la cuestión. **Revista de Demografía Histórica**, v. XXXVI, n. 1, p. 17-42, 2018.

FREITAS, Antônio Fontes. **Dom Luciano e a maçonaria**: a reconciliação. Aracaju: Infographics, 2025.

MONTEIRO, Fernando; SILVA, Claudia Neves da. Maçonaria e maçons: entre a fala assistencialista e a prática da assistência social como política pública. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, Rio Grande/RS, v. 10, n. 19, p. 188-204, jan./jun. 2018.

NASCIMENTO, José Anderson. **A Loja Maçônica Cotinguiba nos caminhos da história**. Aracaju: J. Andrade, 2000.

NASCIMENTO, José Anderson. **Olhares sobre a Loja Maçônica Cotinguiba**. Aracaju: Criação, 2012.

RAMALHO, José Rodorval. **Novæ sed Antiquæ**: tradição e modernidade na maçonaria brasileira. Porto Alegre: Fi, 2019.

REZENDE, Joffre Marcondes de. Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia. **Revista de Patologia Tropical**, v. 27, n. 1, p. 153-155, jan./jun. 1998.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju: O Autor, 2005.

SANTOS, Amanda Marques dos. O jornal *A cruzada* em Sergipe e a Igreja Católica: a questão social no período republicano. **História em Reflexão**, Dourados/MS, v. 13, n. 26, p. 7-22, jul./dez. 2019.

SANTOS, Matheus Honorato da Silva. A gripe espanhola em Aracaju: sociedade, imprensa e poder público no contexto de progressão da influenza (1918-1919). **Boletim Historiar**, São Cristóvão, v. 10, n. 3, p. 54-72, jul./set. 2023.

SANTOS, Matheus Honorato da Silva. “Influenzaphobia”: medo e morte no contexto da gripe espanhola em Sergipe. **Manduarisawa**, Manaus, v. 9, p. 1-28, 2025.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A gripe espanhola na Bahia**: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: Fiocruz; Salvador: Edufba, 2009.